

A LUTA PELA SOBERANIA ALIMENTAR NO PARAGUAI

Lorena Izá Pereira¹

Resumo

A questão da soberania alimentar no Paraguai é um paradoxo. O país é o sexto maior produtor de soja a nível mundial, com uma produção de 8.004.858 toneladas na safra de 2014/2015 e exportação de 4.856.121 toneladas, o seja, mais de 50% do total de soja produzida no país é utilizada no exterior (CAPECO, 2015). Porém, ao mesmo tempo, apenas 352.900 hectares foram destinados a produção de alimentos para a população paraguaia, o correspondente a 6% da superfície total do país. Além da baixa produção de alimentos, o Paraguai sofre com um aumento contínuo da taxa de pobreza, com 2.197.309 habitantes vivendo na linha de pobreza em 2010. O Paraguai vive em um paradoxo: é o país mais afetado pela insegurança (logo, pela falta de soberania) alimentar na América do Sul; os índices de pobreza e desmatamento são cada vez mais alarmantes.

Palavras-chave: Soberania Alimentar; Segurança Alimentar; CONAMURI.

Introdução

O Paraguai é o sexto maior produtor mundial de soja, contudo é extremamente dependente do mercado externo para produção de alimentos, pois apenas 352.900 hectares são destinados à produção de alimentos no país, cerca de 6% de sua superfície territorial. Além disso, há um interesse crescente de outros países na aquisição de terras no Paraguai para a produção de alimentos, como o caso de Cabo Verde, Japão e Coreia do Sul. Diante deste cenário emerge a luta pela soberania alimentar no Paraguai, que ocorre, sobretudo a partir de reivindicações de movimentos sociais, instituições da sociedade civil e instituições multilaterais preocupadas com a situação da alimentação no Paraguai. A partir destas afirmações, os objetivos do trabalho são: evidenciar a situação da agricultura familiar no Paraguai frente à expansão da produção de commodities agrícolas para a exportação (soja, milho e trigo), expor a respeito das lutas e experiências de soberania alimentar no país por parte desta população rural e o papel do Estado paraguaio na promoção da soberania alimentar como uma alternativa para reduzir a pobreza e a fome no país, que cresce cada vez mais.

Para alcançar tais objetivos o artigo está estruturado em cinco seções: *Procedimentos metodológicos*, na qual serão expostas as etapas do desenvolvimento da pesquisa; *Segurança e soberania alimentar: discussão teórica e marco legal*, que será destinada a discussão dos processos de segurança e soberania alimentar deste a academia a sua institucionalização pelos órgãos estatais e organizações multilaterais; *Paraguai: aspectos gerais*, onde realizamos uma breve exposição de como ocorreu o processo de territorialização do capital e a situação atual do país; *Segurança e Soberania Alimentar no Paraguai*, em que evidenciaremos a situação da segurança e soberania alimentar no Paraguai e como estas são abordadas e desenvolvidas pelo Estado paraguaio, e; *COMANURI e a luta pela soberania alimentar no Paraguai*, seção na qual iremos expor a respeito da luta dos movimentos sociais pela soberania alimentar, evidenciando a Coordenadora Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (CONAMURI) como o movimento protagonista nesta luta. Por fim, destacamos que este artigo é uma construção

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FCT/UNESP). Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (FAPESP). E-mail: lorena.izap@gmail.com.

coletiva entre academia, movimentos sociais, Estado e organizações multilaterais em busca de um objetivo em comum: garantia da soberania alimentar no Paraguai.

Procedimentos metodológicos

Para alcançar os objetivos propostos foram utilizados diversos procedimentos metodológicos. Optamos por empregar metodologias de cunho quantitativo e qualitativa, mesmo que esta combinação de metodologias exija cuidados especiais. No caso desta pesquisa as metodologias quantitativas foram empregadas para o levantamento de dados sobre a produção agrícola do Paraguai, tanto de alimentos como de *commodities* para a exportação, dados sobre a quantidade de sementes transgênicas liberadas no país e agroquímicos utilizados. Também realizamos levantamento de dados sobre os projetos e programas do governo do Paraguai e da Organização das Nações Unidas para alimentação e Agricultura (FAO), uma vez que esta possui uma atuação interessante no país estudado.

No caso de metodologias qualitativas optamos pela construção de entrevistas com militantes do CONAMURI, movimento social de luta pela soberania alimentar no Paraguai. A metodologia qualitativa de entrevista é definida por Colognese e Mélo (1998) como um processo de interação social, predominantemente, mas não apenas verbal. É interessante enfatizar que durante o processo da técnica de entrevista cada indivíduo é influenciado e também influencia o outro, o que pode afetar o diálogo e decorrer da entrevista. Segundo os mesmos autores é uma técnica de obtenção de informações, é um conversa interessada, orientada para os fins que se deseja atingir. Por fim, realizamos um trabalho de campo de 30 dias em Assunção, capital do Paraguai, no entre novembro e dezembro de 2015, no qual participamos ativamente das atividades do CONAMURI e podemos observar a luta pela soberania alimentar expressa por este movimento.

Segurança e soberania alimentar: discussão teórica e marco legal

A luta pela soberania alimentar no Paraguai está inserida em um contexto histórico em que cada vez mais os países da América do Sul tornam-se cenários das múltiplas, complexas e renovadas estratégias de expansão e acumulação de capital (KAY, 2006; AMIN, 2012). Esta expansão do capital na América do Sul está configurada, sobretudo, na territorialização do agronegócio, uma vez que “es fundamentalmente en Sudamérica donde la penetración de las transnacionales del agronegocio ha prosperado espectacularmente, a buen recaudo de las élites empresariales regionales” (SUÁREZ, 2011, p. 131). Na realidade, a América do Sul, desde o seu processo de colonização se configurou como alvo do capital, principalmente estrangeiro, porém, a partir do século XXI, adquire uma nova dinâmica, com a intensa territorialização do capital para a produção de *commodities* agrícolas e exploração dos nossos recursos naturais. Esta nova fase de expansão do capital na América Latina está inserida em um contexto de convergência de crises, tais como: alimentar, financeira, climática, ambiental e energética (WHITE, FRANCO, SÁNCHEZ; TANDON, 2012).

O elevado crescimento populacional projetado para 2050 de nove bilhões de habitantes no globo, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), em conjunto com a preocupação em relação à segurança energética, fazem países (através de fundos soberanos) e empresas transnacionais a buscarem fontes alternativas provindas de *commodities* agrícolas, como cana-de-açúcar, milho, palma e soja. Segundo Borrás Jr., Franco e Wang (2012) tais culturas são nomeadas de “*Commodities Flex*”, pois apresentam flexibilidade e pode ser destinada para a produção de alimentos, ração animal e produção de agroenergia e agrocombustível. Por isso, estas *commodities* atraem o interesse dos latifundiários e empresários do agronegócio e estão cada vez mais

territorializada nos países latino-americanos.

O aumento de interesse estrangeiro na produção tanto de alimentos, como de *commodities* agrícolas para a produção do agrocombustível configura o que denominamos de estrangeirização da terra, *acaparamiento de la tierra* e *land grabbing*, termos em português, espanhol e inglês, respectivamente. Compreendemos a estrangeirização da terra como aquisição de terras por estrangeiros através da compra, arrendamento ou concessão de uso, em que o capital transnacional apreende não apenas a superfície terrestre, mas também o controle dos recursos e os benefícios associados a sua utilização (FEODOROFF, 2013).

O processo de estrangeirização da terra não é exclusivo do século XXI. Sassen (2013) afirma que a estrangeirização sempre existiu, o próprio processo de colonização da América Latina e África se configura como estrangeirização. O que ocorre segundo a autora é que a estrangeirização da terra é composta por fases, em que cada uma possui um novo elemento determinante, no caso do período atual seria o agrocombustível. Diante deste cenário emerge a preocupação com a segurança e soberania alimentar. Tal preocupação se dá, sobretudo, devido a dois processos estritamente relacionados: preocupação oriunda do aumento populacional projetado para 2050, o que faz com que países como China, que possui elevado contingente populacional, busque a aquisição de terras em outros países como alternativa para produção de alimentos; a outra preocupação se refere ao fato da produção de *commodities* para a geração de agrocombustíveis substitua a produção de alimentos, provocando assim a insegurança alimentar.

Diante do exposto, cresce a preocupação com a segurança e soberania alimentar dos países desenvolvidos que procuram se apropriar de terras de países pobres para expandir a produção de *commodities* e eleva-se a preocupação dos países impactados com a estrangeirização da terra em relação a sua segurança e soberania alimentar, uma vez que tais nações perdem o controle no seu próprio território. Logo, a estrangeirização da terra seja com o interesse na produção de alimentos ou de agrocombustíveis, apresenta consequências diretas sobre os sistemas de vida e de produção das comunidades camponesas que habitam áreas rurais (PETRAS, 2005; PIÑEIRO, 2005), afetando, sobretudo, sua soberania alimentar.

Devemos destacar que segurança alimentar e soberania alimentar não são sinônimos, logo, estão inseridas em um debate paradigmático. A segurança alimentar e nutricional é um termo criado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e utilizado desde a década de 1960. A segurança alimentar busca garantir o acesso físico e econômico a alimentos saudáveis, com o objetivo de satisfazer as necessidades nutricionais da população.

Existe seguridad alimentaria cuando todas las personas tienen, en todo momento, acceso físico y económico a suficientes alimentos, inocuos y nutritivos para satisfacer sus necesidades alimenticias y sus preferencias en cuanto a los alimentos, a fin de llevar una vida activa y sana". Esta definición le otorga una mayor fuerza a la índole multidimensional de la seguridad alimentaria e incluye la disponibilidad de alimentos, el acceso a los alimentos, la utilización biológica de los alimentos y la estabilidad (FAO, p. 30, 2005).

Como podemos observar, o conceito de segurança alimentar implica o acesso ao alimento em quantidades suficientes, porém não estabelece em nenhum momento uma diretriz a respeito do poder de decisão sobre qual alimento consumir. Vivemos em um contexto de regime alimentar corporativo (MCMICHAEL, 2009), que é caracterizado pelo poder de monopólio exercido por grandes e influentes grupos transnacionais que atuam (e dominam) todo o processo produtivo, de processamento e comercialização de alimentos, inclusive setores como produção de sementes geneticamente modificada e agroquímica em geral

(MARQUES, 2011). Neste cenário, falar apenas de segurança alimentar implica em ser conivente com este modelo agroexportador e beneficia-lo, uma vez que a segurança alimentar busca apenas a garantia de acesso físico e econômico ao alimento. Contudo, o alimento implica em uma questão cultural e de identidade.

Neste sentido, movimentos sociais elaboraram um conceito paralelo e que defende o poder de decisão no que a população deve ou não consumir. Tal conceito foi formulado pela Via Campesina² e publicado no documento intitulado “*The right to produce and access land: position of Via Campesina on Food Sovereignty*”. Entendemos soberania como a capacidade de gestão e decisão que um determinado Estado possui de levar adiante seus projetos e programas, não afetando os direitos e interesses de outros Estados (Riquelme, 2005). Assim, a soberania alimentar, de acordo com a Via Campesina (1996), “*corresponde ao direito de cada nação de manter e desenvolver na própria capacidade de produzir alimentos básicos, respeitando a diversidade cultural e produtiva*”. Ou seja, o poder de decisão do Estado em executar seus projetos em relação ao alimento, sem se inserir na fase da alimentação corporativa. A diferença fundamental entre a segurança alimentar e soberania alimentar é que a primeira é tratada como uma questão econômica, em que a solução para o problema da fome estaria nas leis do mercado. Já a soberania alimentar compreende o acesso ao alimento como um problema político, em que a solução deve vir do povo, da sociedade (DOUGHMAN, 2012).

Segundo o documento redigido durante o *Forum for Food Sovereignty*, em Sélingué (Mali), no ano de 2007, a soberania alimentar se desenvolve com base em seis pilares, sendo: a necessidade de alimentação coloca as pessoas no centro das políticas, a comida é mais do que uma mercadoria; apoiar meios de vida sustentáveis e respeitar o trabalho dos fornecedores de alimentos; reduzir a distância entre fornecedores e consumidores e *resistir à dependência das corporações*; colocar o controle nas mãos dos fornecedores de alimentos locais; reconhecer a necessidade de habitar e compartilhar territórios e rejeitar a privatização de recursos naturais; basear no conhecimento tradicional e *rejeitar tecnologias que minam os sistemas alimentares locais*, e; maximizar as contribuições dos ecossistemas; melhorar a resiliência e rejeitar monoculturas.

Assim, a soberania alimentar além de lutar por um poder de decisão sobre a alimentação, também tem como pilar a sustentabilidade e a preservação da natureza através da produção agroecológica e orgânica, baseado no resgate de práticas de produção tradicionais e na policultura. A soberania alimentar rejeita as monoculturas e as tecnologias e ‘inovações’ envolvendo a produção, como sementes transgênicas e insumos agroquímicos, ou seja, tem como princípio resistir à dependência das corporações, uma alternativa ao modelo de desenvolvimento do regime alimentar corporativo. McMichael (2013) afirma que é necessário entender o próprio regime alimentar no qual a soberania alimentar está inserida para deste modo compreender a mesma. Ainda para McMichael (2013) a soberania alimentar se configura como um contra movimento estratégico no regime alimentar vigente: “*Food sovereignty is a culminating protective movement against the deceit of ‘feeding the world’ by undermining farming with the false economy of value relations of the food regime*” (MCMICHAEL, 2013, p. 01). O autor ainda defende que a corrida mundial por terra, o que denominamos acima de estrangeirização da terra está justamente inserida neste contexto de mudança para o regime alimentar corporativo.

A partir do exposto a há a compreensão que a soberania alimentar caminha além do conceito de segurança alimentar, uma vez que não basta ter o acesso ao alimento e sim o poder de decisão sobre este. Wittman (2011) afirma que a soberania alimentar é uma alternativa fundamental pra o conceito de segurança alimentar. Esta é o projeto político

² A Via Campesina é uma rede de movimentos sociais socioterritoriais atuantes a nível global. Atualmente é composta por 73 movimentos.

defendido pela Via Campesina.

Defender a ideia de soberania alimentar e transformá-la em política pública, significa assumir uma posição contra as políticas de commodities - das agriculturas agroexportadoras do agronegócio que provocam a fome no mundo. Significa defender a qualidade dos alimentos para o bem da saúde pública, utilizar tecnologias apropriadas que não destruam o meio ambiente, ou seja, significa respeitar a natureza, o tempo e o espaço da vida (FERNANDES, 2015, p. 41).

Assim, nos últimos anos, estamos assistindo o dismantelamento dos sistemas tradicionais de produção e fornecedores de alimentos, em troca de produtos padrões alimentícios impostos por grandes corporações. Destacamos aqui que a imposição de um regime alimentar corporativo, não afeta apenas a soberania alimentar de um Estado, mas também a soberania territorial e econômica, além de mitigar a estrangeirização da terra, provar impactos ambientais, culturais e de saúde pública. É neste cenário que está inserida a questão da soberania alimentar no Paraguai. Este país é um caso emblemático no que se refere à territorialização do modelo do agronegócio em detrimento da soberania alimentar. A territorialização da produção agrícola em grande escala é datada de 1970 com a introdução do cultivo da soja pelos brasileiros que migraram para o Paraguai naquele momento (BOFILL, 2012).

Paraguai: aspectos gerais

O Paraguai é um país mediterrâneo localizado na América do Sul, com 406.752 quilômetros quadrados. Este país apresenta uma história um tanto quanto peculiar. Foi colonizado pela Espanha em 1524 e tornou-se independente em 1811. Entre 1811 até 1870 o Paraguai fechou sua economia e realizou uma redistribuição de terras, uma vez que recuperaram terras da Coroa Espanhola, terras pertencentes, as ordens religiosas, em posse de grandes proprietários privados e terras doadas a estrangeiros. Tais terras tornaram-se estatais e foram arrendadas aos camponeses. Este modelo auxiliou na diminuição das desigualdades sociais do Paraguai (VILLAGRA, 2009). Entre 1864 e 1870 ocorreu a Guerra da Tríplice Aliança, em que Argentina, Brasil e Uruguai, conhecidos como Países Aliados, lutaram contra o Paraguai. Esta guerra avassalou o Paraguai, destruiu este modelo produtivo e de propriedade de terra, sem mencionar que decimou a população de homens. A partir da Guerra foi instaurado um novo modelo de produção, baseado no liberalismo e na abertura da economia paraguaia ao capital internacional.

Como consequência da Guerra da Tríplice Aliança, em 1883 e 1885 foram aprovadas leis que instauraram a propriedade privada no país. Grandes extensões de terras foram vendidas a baixos preços para cumprir com as compensações da guerra (PASTORE, 1972) e iniciou-se no país o processo de estrangeirização da terra, uma vez que empresários e latifundiários, sobretudo argentinos, espanhóis e ingleses, passaram a adquirir extensas propriedades de terra no Chaco Paraguaio (CABALLERO, 2012). Tal situação de intensificou na segunda metade do século XX, com a ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989). Além da grande repressão e violência, a Era Stroessner foi marcada pela doação de terras a baixos preços para militares aliados de Stroessner e para estrangeiros, sobretudo brasileiros. É relevante destacar que durante o governo de Stroessner ocorreu uma aproximação diplomática e econômica entre Paraguai e Brasil. Desta aproximação resultou na criação da Ata de Iguazu em 1966 e do Tratado de Iguazu, assinado em 1973, que deu origem a Usina Hidrelétrica de Itaipu, inaugurada em 1984. Além da usina, outro canal de aproximação entre Brasil e Paraguai foi o impulso dado para a migração de brasileiros para o Paraguai.

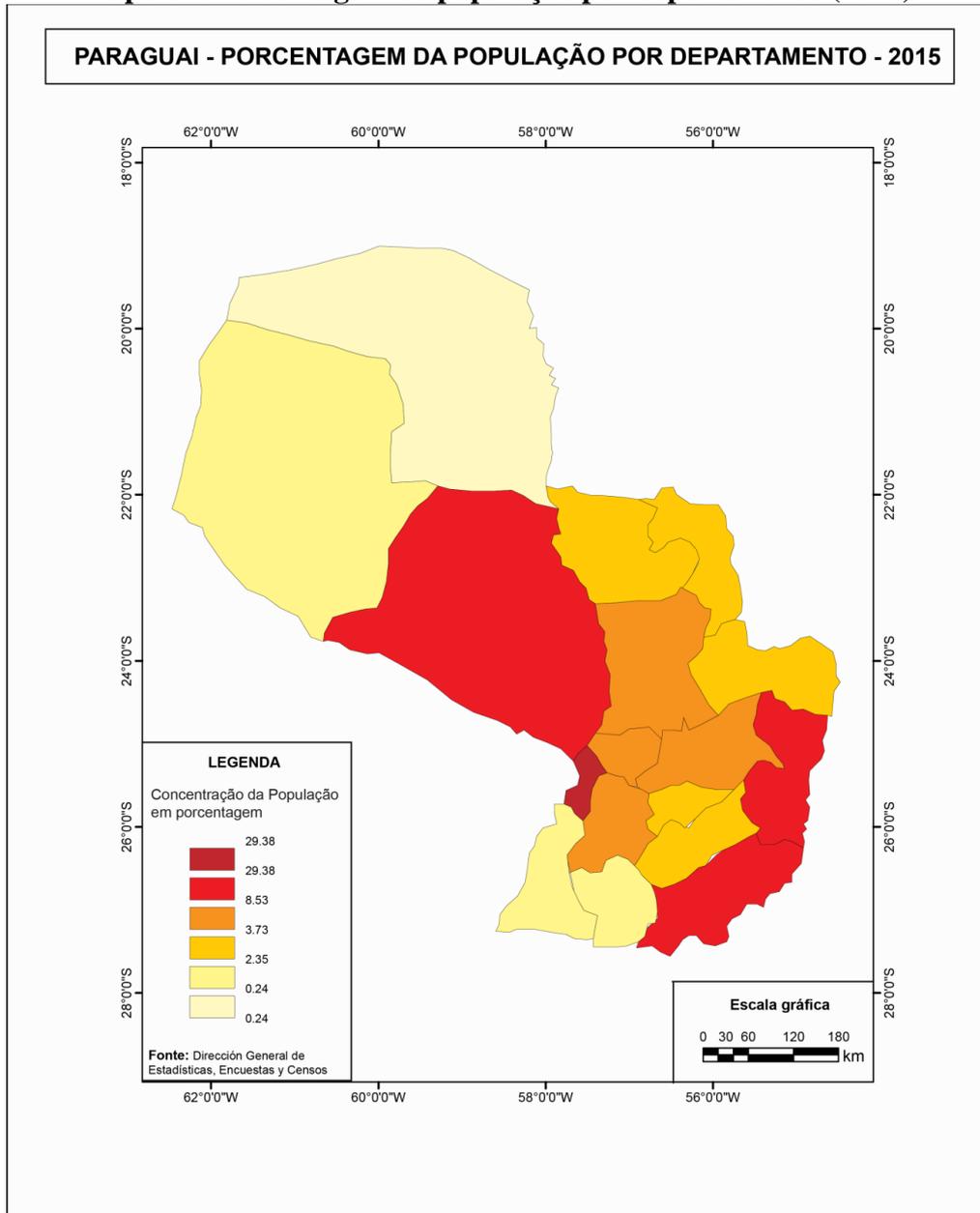
Nas décadas de 1950 e 1960 o Brasil vivenciou um processo de modernização conservadora da agricultura, que expandiu a fronteira agrícola e desterritorializou pequenos produtores do sul do Brasil, estes produtores migraram para o Paraguai, sobretudo na zona de fronteira, nos Departamentos de Alto Paraná, Amambay e Caaguazú. Segundo Bofill (2012) foi neste momento que a agricultura extensiva começou a ser substituída gradativamente pela empresa agrícola, modelada pelo autoritarismo de Stroessner e pela modernização conservadora da agricultura no Brasil. Deste modo, podemos afirmar que a estrangeirização da terra no Paraguai está estritamente associada com a concentração da terra no Brasil (PALAU; HEIKEL, 1987). Na década de 1970 foi introduzido no Paraguai pelos brasileiros o cultivo de soja. Segundo Palau (2007) foi a primeira onda de territorialização da soja no país. Na década de 1990, mais especificamente em 1999, foi introduzido ilegalmente o cultivo de soja transgênica, ou seja, de um Organismo Geneticamente Modificado (OGM). Tal cultivo iniciou-se como ilegal e a semente transgênica era contrabandeada do Brasil e da Argentina. Com a territorialização da soja transgênica, elevou-se a superfície cultivada, proporcionando a territorialização da monocultura e a desterritorialização de camponeses e de demais cultivos alimentares. Além disso, ocorreu um impacto ambiental sem precedentes, pois com o aumento da produção de soja transgênica, eleva-se o uso de agroquímicos.

Atualmente o Paraguai tem uma população total de 6.755.757 habitantes distribuídos entre os seus 17 departamentos (Mapa 01). O departamento mais populoso é Central, com 1.985.384 habitantes³, seguidos por Alto Paraná (773.303 habitantes) na fronteira com o Brasil e Presidente Hayes (642.944 habitantes), ressaltamos que neste departamento está localizada a capital do Paraguai, Assunção. A porção ocidental do Paraguai, conhecido como o Chaco Paraguaio, que compreende os departamentos de Alto Paraguay, Boquerón e Presidente Hayes. Segundo as informações obtidas durante a pesquisa de campo, historicamente há uma aversão a esta região, que foi intensificada, sobretudo, após a Guerra do Chaco (1932-1935)⁴. Destacamos que o governo do Paraguai realiza políticas de incentivo a migração para o Chaco, inclusive beneficiando brasileiros.

³ Central é o departamento paraguaio que concentra as cidades mais populosas do país, o que explica a elevada concentração populacional do departamento.

⁴ A Guerra do Chaco compreende a um conflito armado entre a Bolívia e o Paraguai. O motivo deste conflito é a disputa territorial do Chaco Boreal. Há evidências que naquele momento haviam descoberto a existência de petróleo no sopé da Cordilheira dos Andes.

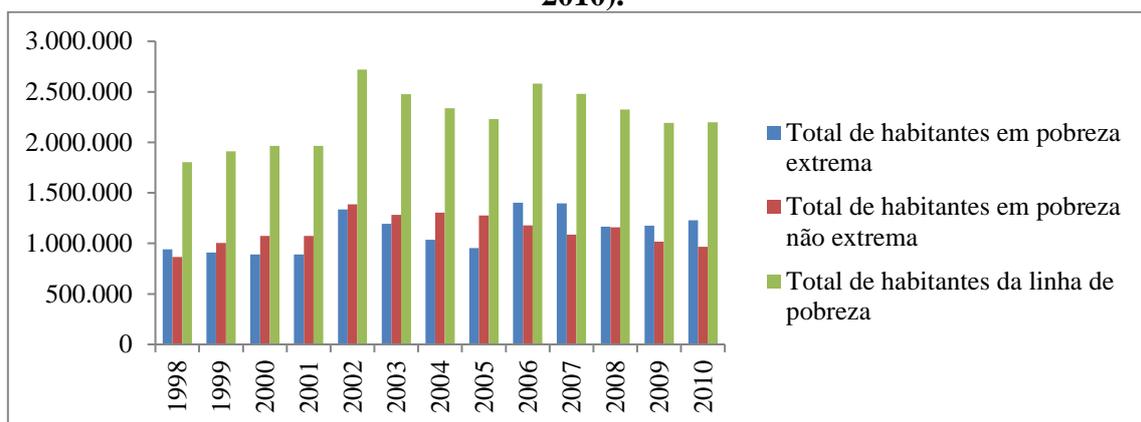
Mapa 01: Porcentagem da população por departamento (2015).



Org. PEREIRA, L.I. (2016).

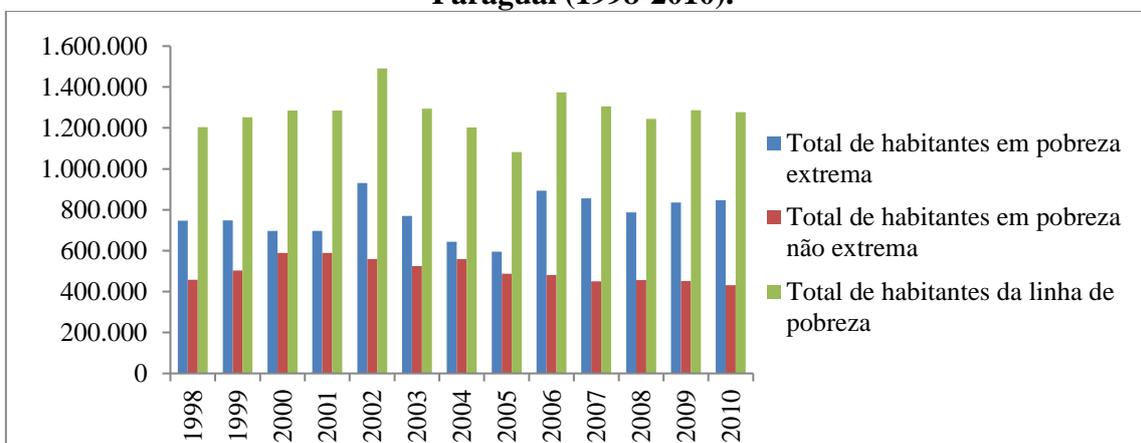
Apesar de ser um país relativamente pequeno e com um baixo contingente populacional, o Paraguai é um país com intensa desigualdade social. O índice de pobreza extrema no Paraguai aumenta a cada ano, no qual a população rural, que é a mais afetada com o modelo de produção agroexportador do país (Gráfico 01, Gráfico 02 e Gráfico 03).

Gráfico 01: Evolução do total de habitantes na linha de pobreza no Paraguai (1998-2010).



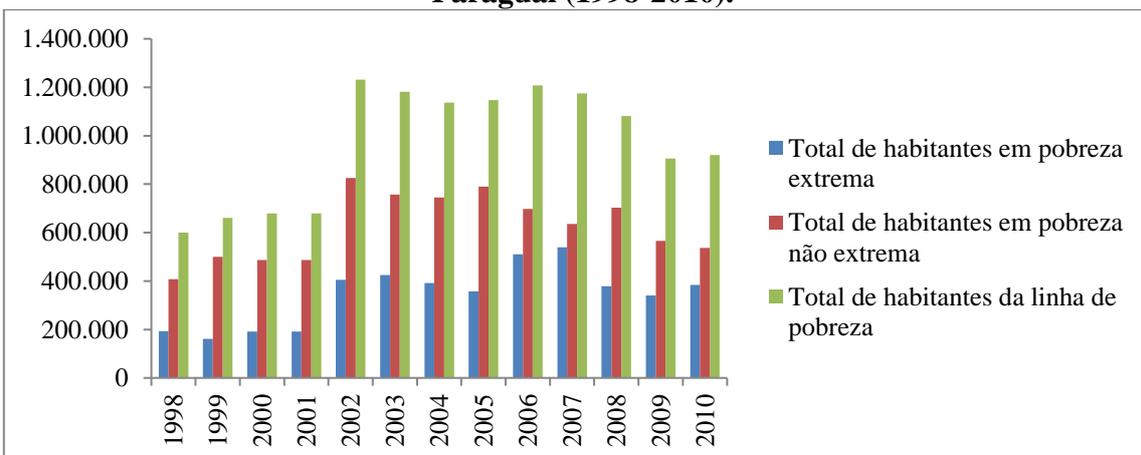
Fonte: DGEEC (2016); Org.: PEREIRA, L I. (2016).

Gráfico 02: Evolução do total de habitantes da zona rural na linha de pobreza no Paraguai (1998-2010).



Fonte: DGEEC (2016); Org.: PEREIRA, L I. (2016).

Gráfico 03: Evolução do total de habitantes da zona urbana na linha de pobreza no Paraguai (1998-2010).



Fonte: DGEEC (2016); Org.: PEREIRA, L I. (2016).

Analisando o Gráfico 01 podemos observar que em 1998º total de habitantes na linha de pobreza era de 1.804.124, tal número evoluiu para 2.197.309 habitantes em 2010. No que se refere à pobreza rural, expressa no Gráfico 02, em 1998 haviam 1.203.587 habitantes na

linha e pobreza, já em 2010 este número foi de 1.277.194 habitantes. No que tange a população urbana, no ano de 1998 haviam o total de 600.537 habitantes na linha de pobreza, porém em 2010 tal número era de 920.115 habitantes. Como podemos observar 58,12% da população que sofre com a pobreza corresponde a população rural. Tal índice evidencia um paradoxo, uma vez que o principal responsável pelo aumento de divisas no Paraguai é o setor agrícola com a produção de soja.

Deste modo, o que ocorre no Paraguai se caracteriza como um crescimento econômico que beneficia apenas o agronegócio transnacional e os grandes proprietários de terras. Logo, enfatizamos a diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento (FURTADO, 1967; PEET, 2007), em que crescimento econômico é caracterizado apenas por aumento da renda per capita, porém, ao mesmo tempo, esta está concentrada em uma elite que, no caso do Paraguai, corresponde à elite latifundiária nacional e empresas transnacionais. Tal contradição é visível quando analisamos a evolução da quantidade produzida em toneladas de *commodities* como milho, trigo e soja, as principais responsáveis pelo crescimento econômico do país nos últimos vinte anos representadas nos Gráficos 04, 05 e 06. Enfatizamos que o aumento da produção de todas as *commodities* citadas foi facilitado pela introdução das sementes geneticamente modificadas e de agroquímicos e fertilizantes, que será melhor especificado no capítulo a seguir, uma vez que está diretamente relacionado com a segurança e soberania alimentar no Paraguai.

Outro ponto diretamente relacionado com a pobreza rural é a estrutura fundiária, que é extremamente concentrada e excludente no Paraguai, o que produz impactos diretos na promoção da segurança e da soberania alimentar. Segundo os dados do Censo Agropecuário Nacional, em 1991 haviam 307.221 propriedades rurais no Paraguai, totalizando uma superfície de 23.817.737 hectares. No ano de 2008 o total de propriedades rurais do país diminuiu para 289.649 unidades, porém a superfície elevou para 31.086.592 hectares (Tabela 01).

Tabela 01: Evolução da estrutura fundiária no Paraguai (1991-2008).

| Departamento | Quantidade de propriedades em 1991 | Quantidade de propriedades em 2008 | Área agricultável em 1991 (hectares) | Área agricultável em 2008 (hectares) |
|---------------------|---|---|---|---|
| Alto Paraná | 21.772 | 19.967 | 829.674 | 1.161.404 |
| Amambay | 3.294 | 4.795 | 1.049.062 | 1.217.077 |
| Caaguazú | 43.681 | 39.030 | 897.045 | 1.149.681 |
| Caazapá | 20.682 | 22.899 | 638.652 | 768.220 |
| Canindeyú | 11.857 | 15.785 | 775.009 | 1.386.747 |
| Central | 15.643 | 6.155 | 125.250 | 107.465 |
| Cordillera | 22.364 | 16.796 | 358.668 | 384.123 |
| Concepción | 16.119 | 17.377 | 1.552.121 | 1.619.416 |
| Guaira | 20.086 | 17.470 | 250.020 | 230.447 |
| Itapúa | 40.808 | 33.889 | 1.154.393 | 1.109.085 |
| Misiones | 9.918 | 9.628 | 786.612 | 852.441 |
| Ñeembucu | 8.716 | 7.965 | 739.796 | 1.032.365 |
| Paraguari | 27.816 | 23.809 | 638.086 | 684.277 |
| San Pedro | 37.767 | 45.897 | 1.637.362 | 1.739.232 |
| Alto Paraguay | 412 | 961 | 2.925.247 | 5.405.220 |
| Boquerón | 2.071 | 2.732 | 2.455.304 | 5.583.213 |
| Presidente Hayes | 4.215 | 4.494 | 7.008.436 | 6.656.179 |

| | | | | |
|--------------|----------------|----------------|-------------------|-------------------|
| Total | 307.221 | 289.649 | 23.817.737 | 31.086.592 |
|--------------|----------------|----------------|-------------------|-------------------|

Fonte: Censo Agropecuário Nacional (2008); Org.: PEREIRA, L. I. (2016).

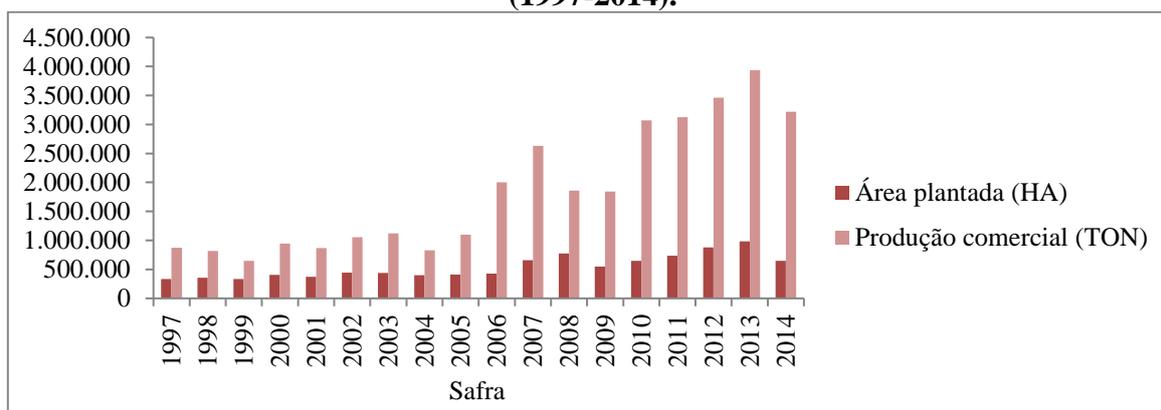
De acordo com a tabela acima podemos observar um aumento na concentração fundiária em todo território paraguaio, sobretudo no departamento de Alto Paraná em que em 1991 haviam 21.772 propriedades rurais totalizando em 829.674 hectares, já em 2008 haviam 19.967 propriedades rurais, com um total de 1.161.404 hectares, ou seja, ocorreu um aumento da área produtiva, porém um declínio do número de propriedades rurais. Não é por acaso que Alto Paraná é o departamento que possui os maiores índices de desterritorialização de camponeses, maiores porcentagens de terras estrangeirizadas, sobretudo em posse de brasileiros, os maiores números de violência no campo e de utilização de sementes transgênicas e agroquímicos. Ainda sobre a estrutura fundiária, é importante destacar que os departamentos que compõem a região do Paraguai Ocidental - Alto Paraguay, Boquerón e Presidente Hayes - possuem uma colonização mais recente, logo, ocorre gradativamente um aumento da área agricultável e de propriedades rurais, embora este último não seja proporcional a área, o que evidencia uma forte concentração agropecuária. Todos os pontos acima citados sobre o Paraguai estão diretamente relacionados com o cenário atual da segurança e da soberania alimentar no país, uma vez que todas as alterações na estrutura fundiária, na produção de *commodities* e nas políticas públicas sociais afetam diretamente a garantia da segurança e da soberania alimentar no Paraguai.

Segurança e Soberania Alimentar no Paraguai

O Paraguai, como já foi dito acima, é um país muito importante na produção de *commodities* agrícolas, sendo atualmente o sexto produtor mundial de soja (CAPECO, 2015). As produções de grãos como milho, soja e trigo (Gráficos 04, 05 e 06) evidenciam a importância da produção de grãos para a balança comercial do país. Não se pode negar a relevância da produção destas *commodities* para o Paraguai, contudo, concomitante ao aumento da produção de grãos observa-se um declínio na produção de alimentos no país e aumento da pobreza, sobretudo rural. O Paraguai perde a sua segurança alimentar, porque não produz e ao mesmo tempo sua soberania, pois se torna importador de alimentos. Isto compreende a um paradoxo, uma vez que o Paraguai é o sexto maior produtor de soja em escala global e o país com a taxa de pobreza cada vez maior e com índices de insegurança alimentar que preocupa a sociedade paraguaia, sobretudo os movimentos sociais e instituições multilaterais e organizações não governamentais, como Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), União das Nações do Cone Sul (UNASUL) e Oxfam, que atuam em conjunto com a sociedade paraguaia para consolidar práticas que garantam a segurança e soberania alimentar no país.

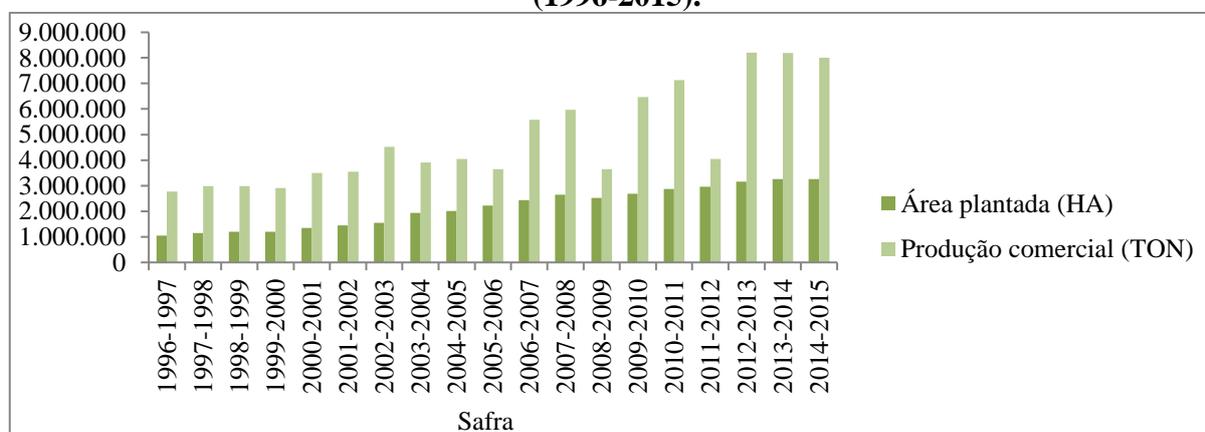
Os dados apresentados abaixo além de evidenciar o aumento da produção de milho, soja e trigo, mostram que o Estado paraguaio é convivente com o modelo agroexportador, que além de excluir a população rural das políticas públicas, também auxilia na desterritorialização de camponeses e de cultivos de alimentos em prol do modelo de produção do agronegócio. Segundo Fukuoka (2014), a promoção do modelo da soja corresponde à violação do direito a alimentação, no qual há uma incompatibilidade entre o modelo de produção de soja com base na transgenia e o direito a alimentação. De acordo com Fukuoka (2014, p. 30), “*la promoción del modelo de la soja es la promoción de la violación del derecho a la alimentación, por dos dimensiones: en la disponibilidad de alimentos (por el acaparamiento de tierras) y en la inocuidad (las fumigaciones). También porque impide el arraigo de campesinos e indígenas*”.

Gráfico 04: Milho - Evolução da área plantada em hectares e produção em toneladas (1997-2014).



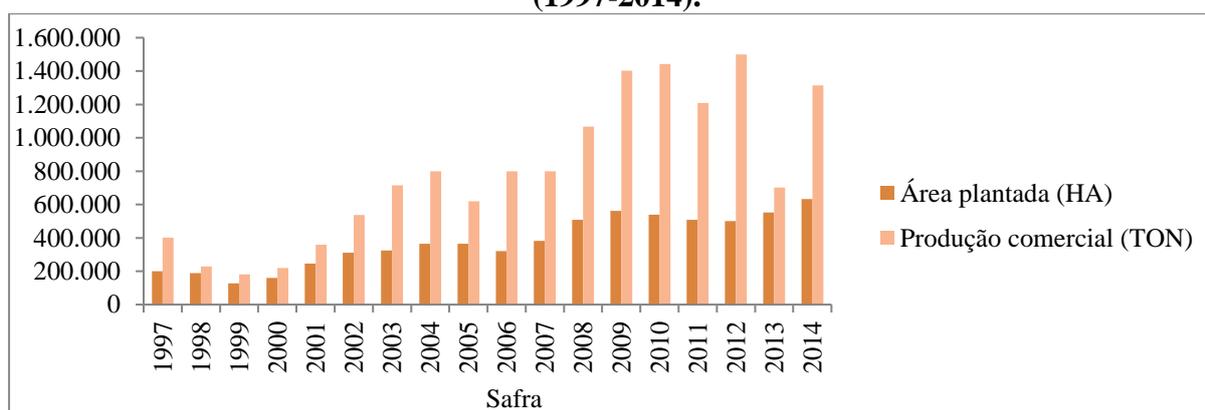
Fonte: CAPECO (2016); Org.: PEREIRA, L I. (2016).

Gráfico 05: Soja - Evolução da área plantada em hectares e produção em toneladas (1996-2015).



Fonte: CAPECO (2016); Org.: PEREIRA, L I. (2016).

Gráfico 06: Trigo - Evolução da área plantada em hectares e produção em toneladas (1997-2014).



Fonte: CAPECO (2016); Org.: PEREIRA, L I. (2016).

No que tange a *commodity* de milho, analisando o Gráfico 04 observamos que em 1997 a área plantada era de 335.600 hectares, com uma produção comercial de 873.900 toneladas e com um rendimento de 2.604 quilogramas/hectare. Já no ano de 2014 a área plantada de milho foi de 649.733 hectares, com produção de 3.218.777 toneladas e rendimento de 4.954 quilogramas/hectare, logo, em 2014 a área destinada ao cultivo de milho

foi de cerca de dez vezes maior do que a área de 1997. O aumento da produtividade é marcante, uma vez que em 2014 um hectare de terra produz o dobro do que a mesma área em 1997. Este aumento na produtividade se deve as novas tecnologias da produção incluindo a intensificação dos usos de agroquímicos e sementes de milho transgênica, comercializadas no Paraguai a partir do ano de 2012.

No que se refere à localização da produção de milho destacamos os departamentos de Alto Paraná, com 197.793 hectares destinados a produção da *commodity*, correspondente a 24,72% do total de hectares destinados a produção no país; Canindeyú, com 195.154 hectares, correspondente a 24,39% do total de hectares destinados a produção de soja no país e San Pedro, com 121.024 hectares, ou seja, 15,2% do total da superfície de milho do Paraguai. Destacamos que estes departamentos são consideráveis produtores de soja e trigo, como expressaremos adiante. No que tange a produção de soja, que foi introduzida no Paraguai na década de 1970 pelos colonos brasileiros, a produção se eleva a cada safra. Em 1996/1997 a área plantada de soja era de 1.050.000 hectares, com uma produção comercial de 2.771.000 toneladas e rendimento de 2.639 quilogramas/hectare. Na safra de 2014/2015 a área plantada foi de 3.264.480 hectares, com 8.004.858 toneladas e rendimento de 2.452 quilogramas/hectare. A soja é a *commodity* que apresenta maior diversidade de sementes geneticamente modificada e conseqüentemente, maior utilização de agroquímicos, sendo considerada pelos movimentos campestinos como a maldição do Paraguai (PALAU, 2008).

Sobre a produção de soja por departamento, destacamos que o maior produtor é Alto Paraná, com 987.000 hectares destinados ao cultivo de soja, representando 28,2% de hectares destinados à produção de soja no Paraguai, com uma produção correspondente a 2.941.260 toneladas de soja na safra de 2013/2014. Em segundo lugar está o departamento de Canindeyú, com 666.300 hectares plantados, o que corresponde a 19,0% de toda a área destinada ao cultivo de soja do país e com produção de 1.978.912 toneladas. Em terceiro lugar há o departamento de Itapúa com 629.900 hectares destinados a soja, que compreende a 17,9% da superfície total de soja plantada e produção de 1.757.422 toneladas na safra de 2013/2014.

Atualmente a soja é o principal produto de exportação do Paraguai, contudo na última safra vem apresentando um declínio, como evidencia a notícia intitulada “*El precio de la soja alcanza menor valor de los últimos seis años*”, publicada no jornal paraguaio *Ultima Hora*, no dia 24 de agosto de 2015. Segundo a reportagem, a tonelada da commodity na Bolsa de Chicago corresponde a USD 330 dólares e na safra anterior o valor na mesma bolsa era de USD 500 dólares. Para dificultar este cenário, o presidente recém eleito na Argentina, Mauricio Macri, anunciou a redução de impostos relacionados as grãos na Argentina que, segundo a reportagem intitulada “*Medidas tributarias de Macri afectarían a Paraguay*”, publicada no dia 14 de dezembro de 2015 no *Jornal Hoy*, dificulta o panorama da produção de soja no Paraguai, uma vez que os produtores paraguaios passaram a competir com produto argentino mais barato e em grande quantidade. Ainda sobre a soja, destacamos que esta é a *commodity* responsável pela estrangeirização do território paraguaio. Apenas quatro empresas transnacionais manejam 40% de toda produção de soja no país, contribuindo com apenas 2% nas receitas fiscais e apenas 2% destes proprietários estrangeiros detém 85% do total de terras do Paraguai. Estas informações foram publicadas na reportagem intitulada “*Bajo régimen fiscal causó la extranjerización de la soja*”, do jornal paraguaio “*Economía*” no dia 15 de outubro de 2015.

No caso do trigo, enfatizamos que a *commodity* foi a que apresentou menor crescimento quando comparada com o milho e a soja. Em 1997 a área plantada correspondia a 200.700 hectares, com uma produção comercial de 400.189 toneladas e rendimento de 1.994 quilogramas/hectare. Porém, na safra de 2014 a área cultivada de trigo foi de 631.689 hectares, com uma produção comercial e 1.314.046 toneladas e rendimento de 2.080

quilogramas/hectare (Gráfico 06). No que tange a superfície cultivada por departamento ressaltamos que o maior produtor é Itapúa, com 210.716 hectares destinados ao cultivo de trigo, correspondendo a 37,62% do total de hectares disponibilizados para o cultivo da commodity e com uma produção de 244.521 toneladas.

Tais informações evidenciam a situação alimentar cada vez mais precária do Paraguai. Recentemente, em abril de 2015, a instituição de pesquisa BASE Investigaciones Sociales publicou os resultados de uma pesquisa sobre a produção de alimentos no Paraguai, onde constatou que na safra de 2013/2014 apenas 6% das terras paraguaias foram utilizadas para a produção de alimentos, enquanto os outros 92% restantes foram *acaparadas* para cultivos de exportação como soja, milho, trigo, cana-de-açúcar e arroz irrigado, estes dois últimos cada vez mais crescentes no país. Em números absolutos, de um total de 5.600.000 hectares cultivados na safra de 2013/2014, 5.247.100 hectares foram ocupados com o cultivo de soja, milho, trigo, cana-de-açúcar e arroz irrigado, enquanto 352.900 hectares foram ocupados pelo cultivo de alimentos para o consumo interno, sobretudo mandioca, batata, mani⁵ e mais alimentos da agricultura campesina e indígena. A tendência é que esta situação se agrave cada vez mais e a estimativa para a safra 2013/2014 é que apenas 6% de toda a área agricultável do país foi ocupada com a produção de alimentos.

Esta situação aqui descrita, de aumento de renda per capita, de elevação das exportações de milho, soja e trigo, acentuação da pobreza e declínio da produção de alimentos faz com que diversos setores da sociedade paraguaia e que instituições atuantes a nível global voltem sua atenção ao Paraguai, com o objetivo de promover uma segurança e soberania alimentar a população do país. A segurança alimentar no Paraguai é promovida através de duas esferas: estado e FAO, que atuam através de planos e projetos para a promoção do acesso ao alimento no país. Contudo, a soberania alimentar é Paraguai é a bandeira de luta de movimentos sociais, que não lutam apenas pelo acesso ao alimento, como também contra o atual modelo de desenvolvimento da agricultura no país. O principal movimento de luta pela soberania alimentar hoje no Paraguai é a Coordinadora Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (CONAMURI), que atua em escala nacional e está vinculado a Via Campesina.

COMANURI e a luta pela soberania alimentar no Paraguai

No Paraguai, segundo Palau (2005), há sete movimentos sociais que atuam diretamente na luta pela soberania alimentar em escala nacional, sendo: Federación Nacional Campesina (FNC), Organización Nacional Campesina (ONAC), Mesa Coordinadora de Organizaciones Campesinas (MCNOC), Movimiento Campesino Paraguayo (MCP), Organización Nacional de Aborígenes e Indígenas de Paraguay (ONAI), Movimiento Agrario y Popular (MAP), Organización de Lucha por la Tierra (OLT) e Coordinadora Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (CONAMURI). Destes sete movimentos, apenas o CONAMURI, o MCNOC, o MCP, a OLT, o MAP e a ONAI fazem parte da Via Campesina. A Via Campesina, por sua vez, tem atuação direta na luta pela soberania alimentar no Paraguai, tal luta ocorre através da Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC), na qual os principais movimentos paraguaios são presentes neste coordenadoria são: Organización de Lucha por la Tierra (OLT) e Coordinadora Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (CONAMURI). Por este fato, daremos maior enfoque nestes dois movimentos, porém ressaltamos que todas as organizações possuem um papel fundamental na luta pela soberania alimentar no Paraguai.

Durante o trabalho de campo em Assunção participamos das atividades da Coordinadora Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (CONAMURI) e da Organización de

⁵ Maní é um alimento tradicional paraguaio.

Lucha por la Tierra (OLT). De acordo com Perla Alvarez⁶, líder e dirigente do CONAMURI, o movimento foi criado em 1998 com dois objetivos: inserção das mulheres no cenário político e nas tomadas de decisões e luta pela soberania alimentar, a principal bandeira do movimento. O CONAMURI está territorializado em dez departamentos do Paraguai e desde então realiza manifestações, eventos (seminários, congressos e jornadas) e feiras agroecológicas em prol da soberania alimentar do povo paraguaio. O movimento utiliza o resgate de práticas produtivas ancestrais e a luta contra sementes transgênicas e de produtos agroquímicos.

O CONAMURI é, sem dúvida, o principal movimento na luta pela soberania alimentar e contra o modelo de produção do agronegócio, possuindo diversas formas de luta. Dentre as ações do movimento destacamos: Jornada do dia mundial pelo uso de agrotóxicos e pesticidas, realizado no dia 03 de dezembro de 2015 na Escola de Agroecologia do CONAMURI; Feira de Fim de Ano *Jakaru Porã Haguã*⁷, realizada no dia 17 de dezembro de 2015 em Assunção; Feira Agroecologia Kokuégui ne mesápe, realizada mensalmente em Assunção, tal feira possui o slogan “Alimento Sano, Pueblo Soberano”. Além disso, o CONAMURI realiza manifestações em cidades que apresentam visibilidade, como Assunção e capitais dos departamentos, reivindicando a soberania alimentar do Paraguai e contra os agroquímicos.

Durante a entrevista Perla Alvarez afirmou a que durante o ano de 2015 o CONAMURI tomou uma decisão de extrema importância. Segundo esta, o movimento percebeu que não tem como separar a luta pela soberania alimentar da luta pela terra, ou seja, pela reforma agrária. Deste modo, a partir de 2016 o CONAMURI passará a atuar diretamente na luta pela terra através de ocupações de terra. De acordo com a líder dirigente este é um desafio muito importante para o CONAMURI, pois o movimento não tem experiência nesta luta. A Federación Nacional Campesina (FNC) já declarou apoio a estas futuras ações, afirmando que 2016 serão realizadas ocupações de terras com o objetivo de recupera-las do agronegócio (BASE IS, 2015). Neste posicionamento da FNC torna-se claro o processo de desterritorialização, territorialização e reterritorialização (D-T-R), em que os movimentos sociais lutam pela sua reterritorialização.

Além de atuações individuais, o CONAMURI possui ações conjuntas com outros movimentos. Um exemplo são os projetos e ações que o CONAMURI possui com a Organización de Lucha por la Tierra (OLT). Tais movimentos são os mais atuantes no quesito de luta pela soberania alimentar, possuem diversas ações conjuntas como feiras agroecológicas, debates, manifestações, diversos eventos (seminários, congressos e jornadas), publicações com ampla divulgação, tanto em redes sociais e em conjunto com outros grupos de pesquisa. É interessante destacar que as atividades do CONAMURI, tanto individuais, quanto conjuntas, são realizadas, majoritariamente, em praças públicas de Assunção. Quando questionada sobre a localização das ações, a dirigente do movimento afirmou que o objetivo das ações do movimento é agregar o maior número possível de indivíduos e mobilizar a sociedade civil para o debate sobre a soberania alimentar. Todas estas ações são de extrema importância e dão voz a bandeira de luta pela soberania alimentar. No entanto, a principal ação destes dois movimentos compreende na criação do Instituto Agroecológico Latino Americano Guaraní (IALA GUARANÍ), criado em 2011 no Paraguai e que em 2015 formou sua primeira turma de graduandos durante a *I Jornada de Agroecología - Agroecología: un proyecto de vida, lucha y resistencia*, realizada no dia 03 de dezembro de 2015, na cidade de Assunção.

De acordo com Perla Alvarez, o Instituto Agroecológico Latino Americano Guaraní está vinculado aos objetivos da CLOC, da Via Campesina da América do Sul. O IALA

⁶ Perla Alvarez autorizou a entrevista e a divulgação do seu nome.

⁷ Maiores informações em: < <http://www.soberaniaalimentaria.org.py/>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

Guaraní é uma entidade científica, humanística e democrática, defendendo os princípios da soberania alimentar, proteção e multiplicação das sementes nativas, valorização da agricultura campesina e preservação do meio ambiente. Segundo a cartilha do IALA Guaraní, a iniciativa da criação de institutos de agroecologia está inserida em uma tentativa de articulação destes institutos.

El proyecto de construcción de una articulación de institutos agroecológicos de carácter internacionalista se encuentra em el marco de las acciones de defensa de los principios de la Soberanía Alimentaria de los pueblos, de protección y multiplicación de las semillas nativas y la valorización de la agricultura campesina, de búsqueda de nuevas técnicas agrícolas amigables con el medioambiente y con la calidad de los alimentos, de relaciones innovadoras entre los hombres y las mujeres en igualdad de derechos y condiciones, de integración latinoamericana, de internacionalismo y de autodeterminación de los pueblos (IALA GUARANÍ, 2014, p. 06).

No dia 02 de dezembro de 2015 durante a *I Jornada de Agroecología - Agroecología: un proyecto de vida, lucha y resistencia*, o IALA Guaraní formou sua primeira turma. Neste evento o instituto elaborou e divulgou a sua própria definição de agroecologia.

La agroecología es una ciencia que emerge como un proyecto estratégico, que rescata el modo de vida ancestral y contemporáneo, sustentables en reciprocidad con la naturaleza con sus características particulares, desarrollados de forma dinámica y racional a lo largo de la historia, implementando agroecosistema o modelos de producción que alteren en lo mínimo posible los ecosistemas naturales en contraposición al modelo productivo de muerte del agronegocio, teniendo en cuenta el flujo de energía, el ciclo de nutriente, la biodiversidad, rescate de las semillas nativas, la producción de alimentos, practicas cooperativas, el intercambio, el goce pleno de los frutos de nuestro trabajo y la vida misma del ser humano en un ámbito de igualdad y equidad de género en una búsqueda constante del equilibrio biológico, productivo y ecológico, dentro de la lógica del buen vivir. *Teniendo como base a las estructura organizativas populares, campesinas e indígenas, de la sociedad civil en general, promoviendo una alianza entre la ciudad y el campo bajo los valores de la minga, el trabajo colectivo, la solidaridad y la ayuda mutua perdidos actualmente, defendiendo el territorio y organizando a las comunidades, reconociendo y fortalecimiento su identidad cultural para la Soberanía Alimentaria en pos de la transformación social, política, económica, cultural e ideológica de la sociedad capitalista no sostenible* (IALA GUARANÍ, 2015, p. 01 - grifo nosso).

De acordo com a definição de agroecologia criada pelo IALA Guaraní torna-se evidente a proposta de um novo modelo de desenvolvimento, um modelo do Paradigma da Questão Agrária, que luta contra o modelo de acumulação do agronegócio. O IALA Guaraní busca trazer a população urbana para a luta pela soberania alimentar através da conscientização que o direito político ao alimento é uma luta de toda a sociedade. Durante a entrevista, Perla Alvarez afirmou que o CONAMURI e a OLT realizam seus eventos justamente em praças no centro de Assunção para atrair a população urbana que circula no local. Tais movimentos realizam feiras agroecológicas em praças em Assunção e nas capitais dos departamentos a fim de possibilitar que a população urbana tenha acesso a alimento saudável e com baixos preços que, segundo a líder dirigente, é um atrativo para a população urbana se conscientizar da importância da soberania alimentar. As Fotografias 01, 02 e 03 são

referentes a *I Jornada de Agroecología - Agroecología: un proyecto de vida, lucha y resistencia* e a feira agroecológica do assentamento 01 de Marzo, do departamento de Caaguazú.

Fotografia 01: Feira agroecológica do assentamento 01 de Marzo em Assunção.



Fotografia: PEREIRA, L.I.; Data: 02 dez .2015.

Fotografia 02: Feira agroecológica do assentamento 01 de Marzo em Assunção.



Fotografia: PEREIRA, L.I.; Data: 02 dez .2015.

Fotografia 03: Feira agroecológica do assentamento 01 de Marzo em Assunção.



Fotografia: PEREIRA, L.I.; Data: 02 dez .2015.

Outra ação de luta pela soberania alimentar é o movimento *Ñamosêke Monsanto*, que engloba trinta organizações paraguaias do campo e da cidade. O *Ñamosêke Monsanto* consiste em uma campanha lançada em outubro de 2013 contra a transnacional Monsanto, empresa que controla a produção e o mercado de sementes transgênicas e agroquímicos. Segundo a Via Campesina (2014) a campanha foi idealizada no sentido de lutar contra o uso de sementes geneticamente modificadas e de agroquímicos, ressaltando que a importação de fertilizantes pelo Paraguai no mês de novembro de 2015 foi de 51.972.625 quilogramas (SENAVE, 2015). Em 2015 dentro do *Ñamosêke Monsanto* foi lançada a campanha “*Pueblos Libres de Transgênicos y Agrotóxicos*”, com o objetivo de promover o modelo de produção agroecológico e conscientizar a população paraguaia sobre os efeitos do modo de produção do agronegócio. Esta campanha também conta com o apoio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Brasil e Movimiento Nacional Campesino e Indígena (MNCI), da Argentina (Agencia de Información Paraguaya, 2015). Em 2016, o *Ñamosêke Monsanto* irá continuar com atividades de conscientização e luta pela soberania alimentar.

Por fim, outra ação dos movimentos sociais que lutam pela soberania alimentar no Paraguai é o projeto de lei “*que establece normas de etiquetado de productos destinados al consumo humano, que sean, contengan o deriven de organismos genéticamente modificados y garantiza el derecho a la información del consumidor*”. No dia 09 de dezembro de 2015 ocorreu no Senado do Governo do Paraguai uma audiência pública para esclarecimentos sobre o projeto de lei. Durante a audiência foram ouvidos depoimentos de médicos, agrônomos, economistas e sociólogos a respeito da atual utilização de transgênicos no Paraguai. Segundo o BASE Investigaciones Sociales (2015), o projeto de lei conhecido popularmente como “*Ley de Etiquetado*”, foi oficialmente levado ao Senado no dia 17 de dezembro na última sessão anual da Câmara de Senadores do Paraguai. Sem dúvidas, esta lei é um avanço para o país e

para o acesso a informação sobre os alimentos que os paraguaios consomem. Durante a audiência pública tornou-se claro que os participantes desta são a favor da lei.

Todas estas ações se configuram como resistências frente ao modelo de crescimento econômico desenvolvido pelo agronegócio. A soberania alimentar que os movimentos sociais reivindicam corresponde a um modelo alternativo de desenvolvimento que procura resgatar saberes ancestrais paraguaios, resgatar e preservar sementes crioulas e produzir alimentos para o consumo nacional através de práticas agroecológicas, enfim, buscam um acesso mais do que econômico, mas sim um acesso político ao alimento.

Considerações finais

O Paraguai é o país com maior desigualdade social da América do Sul, com o total de 2.197.309 habitantes na faixa de pobreza, onde mais de 40% da população sofre problemas relacionados à fome. Contudo, é o sexto maior produtor de soja do mundo, uma produção que cresce a cada safra com o total apoio do Estado paraguaio. Ao mesmo tempo ocorre a nível global a emergência de uma preocupação com a segurança e soberania alimentar, de modo que há diversas iniciativas em variado âmbitos para o desenvolvimento desta. No Paraguai o principal promotor da segurança alimentar é o Estado através de planos e projetos que visam fortalecer a agricultura familiar. Porém, de todos os planos e projetos citados neste trabalho, apenas um plano - o PLANAL - possui enfoque específico para a segurança e soberania alimentar. Todos os planos acima citados foram elaborados durante o governo de Fernando Lugo, caracterizado por uma posição em prol das políticas sociais, porém foram abandonados entre os anos de 2012 e 2013, momento em que Lugo foi destituído do poder justamente por possuir uma política social mais enfática.

Diante deste cenário, os movimentos sociais possuem um importante papel para a garantia da soberania alimentar. Destacamos mais uma vez que os movimentos lutam pela soberania alimentar, uma luta política, enquanto o Estado paraguaio busca uma segurança alimentar via mercado. As ações do movimento são as principais formas de garantir a soberania alimentar do país. O CONAMURI foi criado justamente com o objetivo de lutar pela soberania alimentar no Paraguai. Em 2011 com a criação do Instituto Latinoamericano de Agroecología Guaraní é o principal sujeito na luta em prol de um modelo de desenvolvimento alternativo. Destacamos que o CONAMURI como principal sujeito na luta pela soberania alimentar declarou durante o trabalho de campo que no ano de 2016 irá iniciar sua atuação nas ocupações de terras no Paraguai, pois este movimento entende que não tem como garantir a soberania alimentar sem uma reforma agrária, ou seja, a soberania alimentar como um território.

Referências bibliográficas

AMIN, Samir. 2012. Contemporary imperialism and the agrarian question. **Agrarian South: journal of Political Economy**. 1(1): 11-26.

BASE INVESTIGACIONES SOCIALES. En la safra 2012/2013 sólo el 8% de las tierras en Paraguay se usaron para cultivar Alimentos. **Base Investigaciones Sociales**, publicado em: 08 abr. 2015.

BASE INVESTIGACIONES SOCIALES. En 2016 la FNC saldrá a hacer ocupaciones de tierras para recuperarlas. **Base Investigaciones Sociales**, publicado em: 16 dez. 2015.

BASE INVESTIGACIONES SOCIALES. El Proyecto de ley de etiquetado de transgénicos entró hoy oficialmente al Senado. **Base Investigaciones Sociales**, publicado em: 17 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.baseis.org.py/el-proyecto-de-ley-de-etiquetado-de-tansgenicos-entro-hoy-oficialmente-al-senado/>>. Acesso em: 29 dez. 2015.

BOFILL, Isabel Esparza I. **La soja em Paraguay: concentración, extranjerización de la tierra y las consecuencias em el campesinado.** Madrid, 2012. 94 f. Dissertação (Mestrado em Estudios Contemporáneos de América Latina). Facultat de Ciències Polítiques y Sociologia, Universidad Complutense de Madrid, Madrid (Espanha).

BORRAS JUNIOR, Saturnino; FRANCO, Jennifer; WANG, Chunyu. **Tendencias políticas en disputa para la gobernanza global del acaparamiento de tierras.** Haia: Transnational Institute, 2012.

CABALLERO, Gabriela Dalla-Corte. **Empresas y tierras de Carlos Casado en el Chaco Paraguayo.** Historias, negocios y guerras (1860-1940). Asunción: Intercontinental, 2012.

CAPECO. **Cámara Paraguaya de Exportadores y Comercializadores de Cereales y Oleaginosas.** Disponível em: <<http://www.tera.com.py/>>. Acesso em: 26 dez. 2015.

COLOGNESE, S.A.; MÉLO, J.I.B. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 09, p. 143-159, 1998.

DOUGHMAN, Richard. **La soberanía alimentaria en el Paraguay.** Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2012.

FEODOROFF, Timothé. Quelques clés de lecture pour comprendre y analyser l'accaparement des terres. **Revue Possibles**, p. 12-22, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano Fernandes. Soberania alimentar como território.

TÁRREGA, Maria Cristina Vidotte Blanco; SCHWENDLER, Sônia Fátima (Org.). **Conflitos agrários: seus sujeitos, seus direitos.** Goiás: Editora Pontifícia Universidade Católica (PUC). 2015, p. 29-51.

FUKUOKA, Milena Pereira. **Derecho a la alimentación en la administración Cartes.** Asunción: BASE IS, 2014.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do Desenvolvimento Econômico.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

GLAUSER, Marcos. **Extranjerización del territorio Paraguay.** Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2009.

INSTITUTO AGROECOLÓGICO LATINOAMERICANO GUARANÍ. **Agroecología: Diálogo de Saberes en el encuentro de Culturas - Experiencias de producción agroecológica.** Asunción: IALA GUARANÍ, 2014.

JORNAL ECONOMÍA. Bajo régimen fiscal causó la extranjerización de la soja. **Jornal Economía**, Cuaderno de Economía, 15 out. 2015.

JORNAL HOY. Medidas tributarias de Macri afectarían a Paraguay. **Jornal Hoy**, Cuaderno de Economía, 14 dez. 2015.

JORNAL HOY. Paraguay dedica 6% de su superficie cultivable a alimentos de consumo local. **Jornal Hoy**, Cuaderno de Economía, 13 out. 2015.

JORNAL ULTIMA HORA. El precio de la soja alcanza menor valor de los últimos seis años. **Ultima Hora**. Cuaderno de Economía. Publicado em: 28 ago. 2015.

KAY, Cristobal. 2006. Rural poverty and development strategies in Latin America. In: **Journal of Agrarian Change**. 6 (4): 455-508.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O novo significado da questão agrária. **Anais do V Simpósio Internacional e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária - SINGA**, Belém, p. 01-12, 2011.

MCMICHAEL, Philip. A food regime analysis of the 'world food crisis'. **Agriculture and Human Values**, n. 26, 2009, p. 281-295.

MCMICHAEL, Philip. **Historicizing Food Sovereignty: a Food Regime Perspective.** Food Sovereignty: a critical dialogue, set. 2013.

PALAU, Tomás; HEIKEL, María Vitoria. **Los campesinos, el Estado y las empresas en la frontera.** Asunción: BASE IS, 1987.

PALAU, Tomás. **El movimiento campesino en el Paraguay: conflictos, planteamientos y desafíos**. Buenos Aires: OSAL-CLACSO, 2005.

PALAU, Tomás. **Los refugiados del modelo agroexportador**. Impactos del monocultivo de soja en las comunidades campesinas paraguayas. Asunción: BASE IS, 2007.

PARAGUAY. **Organización Ñamoseke Monsanto prepara varias actividades para este año**. Agencia de Información Paraguaya. Data de publicação: 09 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.ip.gov.py/ip/?p=2144>>. Acesso em: 30 dez. 2015.

PEET, Richard. Conceitos e políticas de desenvolvimento: teorias e ideologias. FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Júlio Cesar (Org.). **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PETRAS, James. 2005. "La centralidad de los movimientos campesinos en América Latina: logros y limitaciones". **ALASRU**, México, 2: 1-20.

PIÑEIRO, Diego E. 2005. "La construcción de la identidad de la acción colectiva em el campo latinoamericano". **ALASRU**, México. 2: 21-42.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). **El estado mundial de la Agricultura y la Alimentación en el mundo**. Roma: FAO, 2005.

RIQUELME, Marcial. Notas para el estudio de las causas y efectos de las migraciones brasileñas en el Paraguay. FOGEL, Ramón; RIQUELME, Marcial (Org.). **Enclave Sojero - Merma de Soberanía y Pobreza**. Asunción: Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios (CERI), 2005. p. 118-149.

SASSEN, Saskia. Lands grabs today: feeding the disassembling of national territory. **Magazine Globalization**, v. 10, n. 1, p. 25-46, jan. 2013.

SUÁREZ, Arturo Landeros. Dinámicas e impactos de la expansión agroindustrial en la Argentina y el Paraguay contemporáneos: contrastes y similitudes entre el noroeste argentino y el oriente paraguayo. **La frontera argentino-paraguaya ante el espejo**. Porosidad y paisaje del Gran chaco y del Oriente de la República del Paraguay. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2011, p. 131-195.

VIA CAMPESINA **The right to produce and access land: position of Via Campesina on Food Sovereignty**. World Food Summit, Roma, 1996.

VIA CAMPESINA. **Nyeléni 2007 - Forum for Food Sovereignty**. Sélingué (Mali): Via Campesina, 2007.

VILLAGRA, Luis Rojas. **Actores del agronegocio en el Paraguay**. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2009.

WHITE, Ben; FRANCO, Jennifer; SÁNCHEZ, Javier; TANDON, Nidhi. **Acaparamiento de tierras, nuevo espolio**. Madrid: Centro de Investigación para la Paz, 2012.

WITTMAN, Hannah. Food Sovereignty - a new rights framework for food and Nature? **Environment and Society: advances in Research**, v. 2, 2011, p. 87-105.